

# **CORPO-AFETO, CORPO-VIOLÊNCIA: EXPERIÊNCIAS NA PROSTITUIÇÃO DE ESTRADA NA PARAÍBA**

## **BODY/AFFECT, BODY/VIOLENCE: ROAD PROSTITUTION EXPERIENCE IN PARAÍBA**

DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v18n1p69-86

### **Resumo**

Este texto é um ensaio etnográfico que busca apresentar uma reflexão incompleta sobre experiências na prostituição, cujas agentes são mulheres e travestis, a partir de pesquisas antropológicas realizadas no Litoral Norte da Paraíba. Na tentativa de deslocar o foco sobre o mercado do sexo, prostituição e outras formas de sexo pago em grandes capitais, nacionais e internacionais, pretendo compreender, numa região formada por cidades de pequena escala e municípios rurais e indígenas como trocas sexuais que envolvem dinheiro e outros bens potencializam redes de relações que se fazem e desfazem em agressões e afetos e mobilizam suas agentes em itinerários e trânsitos entre diferentes espaços, na maioria das vezes, localizados nas bordas das regiões metropolitanas. Do corpo desfeito pelas experiências de violência, e refeito pelas de afeto e cuidado de si, mulheres e travestis que se prostituem, neste contexto etnográfico, apresentam um modo de vida que só é possível num território intersticial, entre o interior e a capital, entre o sertão e o litoral, que descentraliza o lugar da prostituição e a desloca para um cenário mais amplo, de potencialidades de corpos, pessoas, relações e objetos.

**Palavras-chave:** Etnografia. Sexo. Prostituição. Cidades. Fronteira. Paraíba.

### **Abstract**

From anthropological research performed in the North Coast of Paraíba, this paper present an ethnographic essay to discuss experiences in feminine and travestite prostitution. In an attempt to shift the focus on the sex trade, prostitution and other forms of paid sex in large cities, I intend to understand, in a rural region formed by little towns, how sexual exchanges involving money and other properties potentiate relations that make and break in aggressions and affects and mobilize their agents on itineraries and movement between different spaces, mostly located on the edges of metropolitan areas. In this context, the body has done and undone of violence and affect experiences, and women and travestite prostitutes present a way of life that is possible only in interstitial territory, between the interior and the capital, between the interior and the coast, decentralizing the place of prostitution to a wider scenario of bodies, people, relations and objects.

**Keywords:** Ethnography. Sex. Prostitution. Cities. Borders. Paraíba.

---

### **Silvana de Souza Nascimento**

Professora do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo e pesquisadora do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana (NAU) da USP. É pesquisadora colaboradora, além de fundadora, do Grupo de Pesquisa em Etnografias Urbanas (Guetu) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

E-mail: simples.humano@gmail.com.

## Prelúdio

Beija Flor sai detrás do balcão do pequeno bar, segurando uma faca de cozinha. Está descalça, usando uma saia curta e uma camiseta *baby look* com alças. Vai caminhando sorridente para a porta do bar sempre olhando para fora, atenta ao movimento de carros e motos. Tem as pernas compridas, que se destacam em relação ao resto do corpo, denunciando que acaba de sair da adolescência. Debaixo da saia curta, as pernas peludas são embaladas pelo *cotton* da saia que não esconde suas formas masculinas. Gavião, pai de Beija Flor, está em frente ao bar, encostado em um carro, de pés descalços e sem camisa, também observa o movimento da rua feita de antigos paralelepípedos, reflexo de patrimônios históricos deteriorados que se misturam à paisagem de casas de alvenaria, pequenas residências, mercadinhos e lanchonetes. Esta cena repete-se praticamente todos os dias, um retrato do cotidiano de jovens travestis e mulheres que circulam entre uma rua na entrada da cidade de Mamanguape e um posto de gasolina, lugar de parada para viajantes e caminhoneiros, território para trocas sexuais que envolvem dinheiro, objetos e substâncias psicoativas. O espaço do bar está localizado ao lado de uma grande casa em ruínas, cuja arquitetura revela fragmentos da história de Mamanguape, a segunda cidade mais antiga da Paraíba. Ali funcionava um cabaré, a renomada boate Lual, gerenciada por dona Andorinha, a “Vó”, que recebia dezenas de mulheres que ofereciam serviços sexuais. A boate Lual acompanhou a implantação da rodovia BR 101 que hoje atravessa a cidade. Do lado direito (para quem vem no sentido João Pessoa – Natal), está o centro econômico e político de Mamanguape, com a presença de famílias tradicionais na região, bancos, repartições públicas, mercados, lojas, universidades particulares e um *campus* da Universidade Federal da Paraíba. Do lado esquerdo, encontram-se os bairros da Cidade Nova, Planalto e Areal, lugares de ocupação recente, com poucas ruas asfaltadas, onde habitam trabalhadores das usinas de cana da região, assentados da reforma agrária, populações pobres. Acompanhando a BR, espalham-se motéis e pequenos hotéis, bares, postos de gasolina, restaurantes onde trabalham mulheres e travestis que oferecem serviços de prostituição.

A margem da BR 101 que, à primeira vista, poderia ser pensada como um simples lugar de passagem, apresenta uma pluralidade de atividades econômicas e de lazer. Esta área possibilita a oferta dos mais variados serviços para atender a uma clientela de caminhoneiros, trabalhadores rurais, operários de usinas, políticos, empresários etc., afeitos por rápidas trocas sexuais. Lugares como esses são descritos, pelos poderes públicos, como fomentadores da exploração sexual infanto-juvenil, regiões de fácil circulação, situadas próximas às áreas metropolitanas de capitais. Mas o que poderíamos observar para além da exploração sexual a partir da perspectiva etnográfica? Trajetórias circulares de mulheres e travestis de famílias pobres, originárias de mundos rurais, ribeirinhos e indígenas, que possuem em comum práticas de “sexo tático” (CABEZAS, 2009) ou a vida *no brega*, como elas dizem, um modo de vida que inclui serviços sexuais em troca de dinheiro e outros bens, formas de conjugalidade não-monogâmica, relações violentas e corpos cicatrizados, que fazem trânsitos constantes que impedem uma definição unívoca de suas práticas e visões de mundo. Assim, este ensaio pretende, ainda que de forma experimental, seguir os sentidos da vida *no brega* a partir das noções das próprias *quengas e raparigas*. Portanto, a vida *no brega* – que se constrói na circulação entre bares, casas e cidades – inclui práticas que envolvem sexo pago e sexo em troca de dinheiro e outros bens materiais que não necessariamente são elaboradas, pelas interlocutoras, como parte de um mercado do sexo mais amplo e do campo da prostituição.

Assim, a principal linha argumentativa do ensaio encontra-se na tentativa de compreender um modo de vida que se traduz na estrada, no sentido literal e metafórico, num espaço intersticial que se constitui nas bordas das regiões metropolitanas. Não são propriamente espaços pensados como periféricos pois se encontram para além destes. Localizam-se territorialmente em cidades de pequena e média escala, que estão próximas a grandes cidades e metrópoles, cuja localidade estratégica lhes permitem uma grande circulação de pessoas, de veículos, de informações, de redes de relações. Esta grande circulação só se torna possível pela presença de rodovias, como a BR 101 que recorta a cidade de Mamanguape, que promovem a passagem constante de caminhoneiros, trabalhadores, estudantes e outros viajantes. Este

movimento constante de pessoas e coisas propicia a existência de um modo de vida – de mulheres e travestis – cuja principal forma de subsistência são trocas que envolvem sexo, dinheiro e bens. Essas trocas fazem parte de uma malha de relações irregulares e recortadas por formas de afeto e de violência, que podem ser visualizadas nos corpos cicatrizados, costurados, transformados, ora perfumados, ora ensanguentados, que compõem nosso cenário etnográfico que se aproxima de um *road movie*<sup>1</sup>.

### Cidades na rota das usinas e do sexo

A microrregião do Litoral Norte, local privilegiado de nossas observações, compreende os municípios de Mamanguape, Rio Tinto, Marcação, Baía da Traição, Capim, Cuité de Mamanguape, Itapororoca, Curral de Cima, Pedro, Régis, Jacaraú e Mataraca. Até o século 19, toda a região fazia parte do município de Mamanguape, que aos poucos foi se desmembrando em áreas menores e hoje esses municípios compõem esta vasta área marcada por uma rica diversidade ambiental, social e cultural, que se estende até a divisa com o Rio Grande do Norte. Este litoral, que abriga uma Área de Proteção Ambiental (APA)<sup>2</sup>, apresenta um dos piores indicadores sociais do estado, inclusive no item escolaridade<sup>3</sup>. Com vistas a potencializar a região, em 2006, o governo federal inaugurou dois *campi* da Universidade Federal da Paraíba (em Mamanguape e Rio Tinto), acompanhando os

1 Os dados etnográficos deste ensaio resultam de duas pesquisas realizadas entre 2007 e 2011. A primeira, sob minha coordenação, buscou compreender a dinâmica urbana e a diversidade sexual e de gênero do Litoral Norte da Paraíba e centrou suas observações no universo *trans* (Edital MCT/CNPq n. 06/2008). A segunda pesquisa, intitulada “Nas Armadilhas do Desejo”, coordenada por Loreley Garcia, socióloga (Universidade Federal da Paraíba), teve como objetivo analisar modos de prostituição feminina em áreas rurais e indígenas na região do Litoral Norte e no Brejo, interior da Paraíba (financiamento do CNPq). Ambas as pesquisas contaram com a participação de estudantes em diferentes etapas de sua formação acadêmica: Lívia Freire da Silva, Verônica Alcântara Guerra, Luzcleide de Lima Bernardo, Thiago Oliveira, Lorena Monteiro, Edilon Mendes Nunes e Jan Linhardt.

2 A Área de Preservação Ambiental (APA) foi criada em 1993, com 14.460 hectares, e inclui os municípios de Rio Tinto, Marcação, Baía da Traição e Lucena.

3 A expectativa de vida está na ordem de 58,7 anos, a taxa de mortalidade infantil de 67,4 por 1.000 crianças nascidas e até um ano de idade e a taxa de analfabetismo da população de mais de 15 anos de 46,0%. Segundo o IDEB (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em 2005, a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais era de 33,7% em Rio Tinto e de 38,3% em Mamanguape.

programas de expansão das universidades públicas para fora dos grandes centros urbanos, com a oferta de diversos cursos, dentre eles o de graduação em Antropologia, um dos primeiros em todo o país. A principal atividade econômica são algumas poucas usinas de refinamento de açúcar e álcool, além de atividades pesqueiras.

Mamanguape, entre João Pessoa e Natal, apresenta uma importante história que acompanha a formação do estado paraibano, e, desde 1979, é tombada como Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP). Tem uma população estimada em cerca de 44 mil habitantes (IBGE, 2014) e apresenta a maior população desta microrregião. É uma cidade com uma ocupação desordenada, monumentos históricos deteriorados (apesar do tombamento) e oferece trabalhos informais no comércio e abriga trabalhadores temporários das usinas que estão localizadas nas proximidades da zona urbana. A cidade está recortada pela BR 101, e é um lugar passagem entre duas capitais, e também é passagem obrigatória para quem vai para Rio Tinto, há apenas 5 km dali, e para Baía da Traição, onde estão localizadas belas praias turísticas e grande parte da área indígena Potiguar.

Mesmo com a proximidade, Rio Tinto apresenta uma arquitetura e uma dinâmica próprias. Ao contrário de Mamanguape, é uma cidade visivelmente mais planejada devido à atuação histórica da durante todo o século 20 da Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT), de propriedade dos suecos Lundgren, que lá construiu uma organizada vila operária<sup>4</sup>. Rio Tinto, com aproximadamente 24 mil moradores (IBGE, 2014), tem sua arquitetura original relativamente preservada, revelando as fortes marcas históricas e políticas da velha fábrica. Atualmente, ela também se encontra em processo de vulnerabilidade socioeconômica e desemprego. A fábrica encontra-se fechada há 20 anos e não existem outros investimentos econômicos significativos que possam incorporar uma vasta mão-de-obra desocupada. Nos últimos anos, destaca-se o fortalecimento das populações indígenas potiguaras<sup>5</sup>

4 Construída às margens do rio Vermelho, e com tecnologia importada da Alemanha, a fábrica implantou uma organizada vila operária. A CTRT reunia, em sua mão-de-obra, famílias pobres e numerosas, inclusive crianças, que foram recrutadas no interior da Paraíba e de Pernambuco, atraídas pelas promessas e oportunidades de emprego e moradia. A vila operária oferecia diversos equipamentos coletivos como escola, posto de saúde, padaria, igreja, cinema, clube, além de organização de jogos de futebol e passeios de lazer.

5 As populações indígenas do Nordeste são um exemplo

(família linguística tupi-guarani), que conquistaram a demarcação de suas terras, sendo que parte delas encontra-se dentro do *perímetro* urbano (aldeia Jaraguá e Monte-Mór). A história de contato dos potiguaras remonta ao período de colonização e toda sua trajetória étnica e política é marcada por conflitos, em diferentes épocas, com agroindústrias, engenhos, fábricas, usinas. A partir dos anos 1980, iniciou-se o processo de demarcação de suas terras, localizadas nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, totalizando 32 aldeias, com uma população em torno de 16 mil pessoas<sup>6</sup>.

A complexidade do Litoral Norte da Paraíba sugere ampliar o horizonte do olhar antropológico para além de um único campo dentro da disciplina. É justamente na articulação entre contextos urbanos, rurais, indígenas e marítimos que se revela a sua especificidade, sem que Mamanguape, Rio Tinto, Baía da Traição etc. deixem de ser cidades e apresentem estilos de vidas urbanos, em diferentes escalas. Assim, o cenário de pesquisa mostra superposições de sentidos de *cidade*, *comunidade* e *aldeia* que reinventam modelos e reproduzem certos estereótipos nos discursos das pesquisadas e outros moradores da região.

Do ponto de vista do “discurso oficial”, *as cidades* do Litoral Norte apresentam-se como um lugar corrompido

---

singular da chamada *etnogênese* (ARRUTI, 1997). Sucintamente, nos anos 1930, os índios desta região eram considerados grupos remanescentes entre os quais pesquisadores(as) procuravam buscar vestígios de suas culturas ancestrais. Nos anos 1960 e 70, eram pensados como exemplos de processos de aculturação, assimilação, proletarianização ou ruralização. Já nos anos 1970 e 80, ressurgem como campo da atuação indigenista e somente nos anos 1990 começam a surgir pesquisas etnológicas que não mencionam o desaparecimento e a decadência desses grupos indígenas do Nordeste. Trata-se de famílias, com ascendência indígena, que foram miscigenadas e territorialmente deslocadas e concentradas ao longo do tempo. Estas reencontram, no presente, contextos políticos e históricos favoráveis à retomada de identidades coletivas indígenas (um povo, um nome), como o caso dos Potiguaras. Três elementos podem ser apontados como característicos dessas identidades. Primeiro, elas aparecem, quase sempre, em conexão com pleitos territoriais; segundo, resultam de complexos processos históricos regionais de relacionamento entre índios e não-índios; terceiro, manifestam uma baixa distintividade em relação às populações não-indígenas nas regiões onde vivem (tanto em termos culturais como de “aparência física”).

6 Os últimos territórios demarcados datam de 2007, segundo informações do Instituto Socioambiental. Em 1988, uma primeira aldeia, Jacaré de São Domingos, conseguiu sua demarcação e, em 2007, a última aldeia, de Monte-Mór, conquistou suas terras dentro da cidade de Rio Tinto. Nesta localidade, a luta pela terra dos índios misturou-se às reivindicações de populações camponesas, formadas por antigos moradores, empregados da fábrica e arrendatários. Em outras localidades, como na Baía da Traição, a identidade indígena mesclou-se às das comunidades pesqueiras.

que necessita ter seu passado glorioso, dos engenhos e da fábrica de tecidos, resgatado. Nesse discurso, a “degeneração” urbana inicia-se com a construção da BR 101 que contribuiu para “corromper” a moral interiorana por meio da vinda e da circulação de pessoas de outras localidades. A construção da rodovia facilitou o acesso entre as duas capitais, João Pessoa e Natal, contribuindo para que Mamanguape fizesse parte da periferia estendida da Região Metropolitana de João Pessoa, a 50 quilômetros da capital. Hoje, a BR faz parte da dinâmica urbana e permite que esta região conviva com uma escassez econômica e uma riqueza de atividades informais, dentre elas trocas sexuais que envolvem dinheiro, que desenham um ambiente de movimentação e circularidade que impede o isolamento.

Acompanhando trajetos e trajetórias de mulheres e travestis que se prostituem, Mamanguape é um dos pontos de uma vasta rede que inclui capitais no Nordeste e em outras regiões. Ao mesmo tempo, faz parte de um circuito local que inclui pequenas cidades turísticas do Litoral Norte, como Mataraca, Barra de Camaratuba e Baía da Traição e outras cidades, por exemplo, na região do Brejo, como Sapé, Mari e Guarabira, que fazem a passagem para o interior do estado em direção à Campina Grande, o maior polo econômico depois da capital. São pontos no mapa que permitem grande circulação de pessoas, como rodovias, postos de gasolina, rodoviárias, avenidas, ruas movimentadas, espaços situados, por exemplo, em trajetos específicos de determinadas categorias de trabalhadores(as) etc. Neste constante, e rápido, movimento centrífugo e centrípeto nos deparamos com pessoas que se dizem indígenas ou com ascendência indígena que parecem acionar esta informação em algumas situações e apresentá-la como um capital simbólico, inclusive como uma estratégia para atrair clientes, como demonstra a pesquisa de Livia Freire (2014), mestranda em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

São territórios de fronteira que revelam outras cidades e outros modos de vida nas cidades (AGIER, 2011). Estas cidades invisíveis, extraoficiais, não foram ainda registradas pelas pesquisas acadêmicas no Litoral Norte da Paraíba. Os protagonistas principais da história registrada e narrada até agora são os engenhos, os operários e empresários da Companhia de Tecidos Rio Tinto, além

dos povos indígenas Potiguara, que têm ganhado cada vez mais visibilidade política e social.

A observação atenta sobre este lugar intersticial evidencia uma escassez de pesquisas sobre prostituição em áreas não-metropolitanas, rurais e indígenas, inclusive no Nordeste. Apesar do crescimento da produção nas ciências humanas e sociais sobre a temática nos últimos anos, tem-se como pressuposto de que são nas grandes cidades, local propício ao individualismo e onde as normas que regulam as relações de gênero supostamente são mais flexíveis, que diferentes formas de prostituição têm lugar. Nota-se uma relação imediatista entre urbanização e prostituição, como se o meio rural fosse um paraíso para as “boas famílias”, seio de uma tradição e de uma moralidade que não abre espaço para práticas sexuais cuja finalidade são as trocas econômicas e comerciais. Nesse modelo, o universo do campo estaria à margem das mudanças sociais especialmente no que se refere à desestabilização dos lugares de gênero e do sexo não-convencional.

Segundo Claudia Fonseca (1996), a partir da década de 1980, as pesquisas sobre prostituição no Brasil começaram a apontar para a sua complexidade e diversidade, na tentativa de classificar suas práticas e protagonismos. A partir de pesquisas em Salvador (BACELAR, 1982), Rio de Janeiro (GASPAR, 1985), Belo Horizonte (FREITAS, 1985) e São Paulo (PERLONGHER, 1987), o conjunto desses trabalhos procuraram romper com a imagem cristalizada da prostituição como trans-histórica (advinda do feminismo radical nas décadas de 60 e 70) que somente produzia vítimas da exploração capitalista e patriarcal. Voltadas para capitais, estas pesquisas mostraram que a prostituição tomava múltiplas formas, nas ruas e bordéis, atravessava classes e posições sociais, possibilitava distintas construções corporais e dos prazeres. Esta abertura para se pensar a prostituição para além de suas formas de dominação acompanhava também mobilizações políticas no período, que impulsionaram a criação da Rede Brasileira de Prostitutas, em 1987.

Nestor Perlongher (2008 [1987]), apesar de realizar um estudo com prostituição masculina (michês) em São Paulo, mostra-se como uma referência fundamental nesse conjunto de publicações, pois se propõe a pensar a prostituição a partir da ideia de código-território e de um certo nomadismo guiado pelo desejo. A partir de Deleuze e Guattari, observa que “o nômade estabelece localizações,

mas não pára de circular, de derivar” (PERLONGHER, 2008: 247). Segundo o autor, esta deriva é guiada pelo desejo de realização de um ato sexual em troca de um pagamento ou de um usufruto simbólico em relação a clientes, outros profissionais ou paqueras, também inscritos no mercado sexual. Esta dinâmica promove “desterritorializações” e “reterritorializações”.

No contexto da Paraíba, o nomadismo evidencia-se na circulação entre municípios e cabarés, entre pontos e programas realizados na estrada, nas suas relações afetivas e construções corporais, como será descrito no próximo item deste ensaio. Perlongher sugere justapor territorialidade à identidade para se pensar a prostituição.

Não interessará tanto a identidade, construída representativamente por e para o sujeito individual, mas os lugares (as interseções) do código que se atualizam a cada contato. Sistema de redes que indicia outras mobilizações, conexões, conjugações de fluxos: fluxos de corpos e dinheiro, fluxos desejantes e sociais (PERLONGHER, 2008 [1987]: 160).

A partir da década de 1990 até hoje, outras pesquisas em grandes capitais foram elaboradas e realizaram também uma aproximação com organizações não-governamentais que realizam trabalhos de prevenção especialmente em relação à AIDS e à proteção dos direitos humanos das prostitutas (FONSECA, 1996, BENEDETTI, 2000, PASINI, 2005; ARAÚJO, 2006; OLIVAR, 2007; BEZERRA, 2008; LOSSO, 2010)<sup>7</sup>. Estas pesquisas citadas foram realizadas em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Florianópolis e Natal, todas elas regiões metropolitanas que apresentam aglomerados urbanos em grande escala. José Miguel Olivar (2007), por exemplo, apresenta

<sup>7</sup> A partir da atuação dos movimentos sociais, a categoria foi incluída na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), em 2002, apesar de não ter a profissão regulamentada. O título da ocupação é profissional do sexo e seus sinônimos: garota(o) de programa, meretriz, messalina, michê, mulher da vida, prostituta, trabalhador(a) do sexo. Os movimentos sociais da categoria têm atuado no sentido de apresentar uma política inclusiva para o trabalho sexual e da concretização de direitos para as profissionais do sexo. Dentro deste campo de atuação encontra-se a ONG Da Vida, fundada em 2002, e coordenada por Gabriela Leite, que é uma das principais lideranças da Rede Brasileira de Prostitutas e que publicou, neste ano, sua biografia (*Filha, Mãe, Avó e Puta*, RJ, Objetiva, 2009). Outra biografia que ganhou a publicidade da mídia foi da adolescente de classe média conhecida como Bruna Surfistinha que conta sua trajetória e rotina na prostituição (*Doce Veneno de Escorpião: diário de uma garota de programa*, 2005).

uma “cidade das putas”, Porto Alegre, que revela certa “regulamentarização simbólica” na construção da cidade-corpo mediada muito mais pela sexualidade do que propriamente pela prostituição como trabalho. A partir da sexualidade, as mulheres que se prostituem ganham um direito à cidade, como direito humano, a partir da ocupação das ruas e outros lugares públicos no espaço urbano. Segundo Juliana Losso (2010), em etnografia sobre redes sociais da prostituição em Florianópolis,

para o caso das cidades brasileiras e das marcas de uma moralidade relacionada às tradições de uma sociedade patriarcal, podemos pensar as carreiras das profissionais do sexo re-traçadas na tese (do *estar na rua, na correria*), como parte de um esforço interpretativo de uma grande metrópole moderno-contemporânea no Brasil, para além de um antagonismo simplista entre a rua e a casa. (...) Assim, nas grandes metrópoles moderno-contemporâneas, o *desejo de consumo* do prazer alia-se à esfera de sua produção pela via do trabalho, que abarca a prostituição feminina, oferecendo-se às práticas sexuais e corporais das prostitutas não apenas como espetáculo orgástico para a cidade, mas como *campo de possibilidades* para a obtenção de mobilidade e ascensão social de indivíduos de distintas camadas sociais (LOSSO, 2010: 100).

Nesse sentido, a prostituição seria resultado de um denso intercâmbio com a sociabilidade urbana e possibilitaria a construção de projetos de mobilidade social e econômica. No entanto, como explicar a prostituição localizada em pequenos centros ou ainda áreas rurais, indígenas e litorâneas? Seria ela também resultado, em contrapartida, de uma precarização do desenvolvimento econômico urbano, obrigando a migração para os interiores? Diferentemente dos bairros, vilas, ruas, praças que são usados para a prostituição em grandes cidades, que são ocupados por mulheres de distintas origens e classes sociais e que permitem construir uma história urbana a partir do comércio sexual, em áreas de pequena escala ela parece apresentar certa intermitência: os bares e cabarés abrem e fecham frequentemente e as mulheres mudam-se com facilidade para outros lugares de trabalho. Essa intermitência dificulta inclusive contatos mais longos com as protagonistas da pesquisa e uma maior proximidade com elas.

Esses cabarés acomodam mulheres que moram em outros estados vizinhos do Rio Grande do Norte, tais como Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Ceará. É uma política existente entre os cabarés, onde muitas prostitutas de outros Estados frequentam os cabarés como um sistema de rotatividade. Em troca disso, elas recebem as três refeições diárias, podendo permanecer no cabaré por um tempo pré-estabelecido por elas próprias, desde que paguem a administração dos mesmos, a utilização dos quartos quando forem manter as relações sexuais com seus clientes (BEZERRA, 2008: 4).

Pesquisas recentes já têm se preocupado em analisar contextos diferenciados em relação à prostituição em pequenas cidades e no interior do país (CAMPOS, 2008; COLVERO, 2008; DUARTE, 2008, SGANZELLA, 2008), como Marília, no interior de São Paulo, Santa Maria, no Rio Grande do Sul, Criciúma, em Santa Catarina etc. Todavia, ainda é preciso elaborar etnografias especialmente em contextos diferenciados da região Nordeste. Nota-se que há uma grande concentração de investigações na região Sul do país.

É importante ressaltar que há pesquisas que têm se debruçado sobre a relação entre prostituição, mercados transnacionais e turismo sexual. Adriana Piscitelli (2005, 2009) tem realizado uma pesquisa de referência no que se refere ao mercado internacional do sexo no Brasil, que é tratado muitas vezes como “turismo sexual”. Ela mostra que, em Fortaleza, muitas jovens meninas seduzem e se deixam seduzir pelos “gringos” como uma estratégia de ascensão social e possível viagem ou mudança para o exterior. Por outro lado, estrangeiros vêm à procura de sexo com brasileiras por elas representarem, para eles, uma imagem da mulher tradicional, mais submissa, representação em franco declínio especialmente na Europa. As brasileiras, assim, são vistas pelos “gringos” como potenciais esposas e não estão limitadas ao estigma da prostituição. A autora problematiza, citando Laura Augustin, a limitação do conceito de prostituição e sugere ampliar a perspectiva para o mercado do sexo, pois este inclui a prostituição, mas também outras práticas sexuais.

A lista é imensa, abarcando os bordéis, boates, bares, discos, saunas, linhas telefônicas eróticas, sexo virtual através da Internet, casas de massagem, serviços de acompanhantes, agências matrimoniais, hotéis, motéis, cinemas e revistas pornôs, filmes e vídeos, serviços de dominação e submissão/sado-masochismo, prostituição na rua. Segundo a autora, para além de ocultar essa diversidade, o termo prostituição também pode obscurecer a compreensão de há, de fato, um mercado, e, portanto, desviar a atenção da demanda, dos diversos desejos das pessoas que procuram serviços sexuais (PISCITELLI, 2005: 1).

Adriana Piscitelli também tem aglutinado pesquisadores(as) em torno do complexo debate sobre o tráfico de pessoas e dos movimentos transnacionais, temática que não será aprofundada aqui. Entretanto, estas investigações apontam para a noção de *ajuda*, que tem ganhado destaque no Brasil, que remete a “trocas, geralmente assimétricas, que envolvem dinheiro e/ou outros benefícios e tendem a criar obrigações e, com frequência, afetos” (PISCITELLI et al., 2011: 13).

Talvez, antes de associar a prostituição a um modo de vida urbano, seja possível pensar nessas práticas que envolvem trocas sexuais por dinheiro e bens, que podem ser consideradas ou não prostituição pelas suas agentes, como um potente saber-poder produtor de relações, violentas e afetivas, territórios, corpos e pessoas que só fazem sentido quando (des)localizados na margem, num espaço que pode ser pensado como pórtico – que oferece a passagem para territórios outros, onde as regras não estão muito claras mas não estão ausentes.

Trata-se de espaços, marcos e vazios na paisagem urbana que configuram passagens. Lugares que já não pertencem ao pedaço ou mancha de cá, mas ainda se situam nos de lá; escapam aos sistemas de classificação de um e outra e, como tal, apresentam a “maldição dos vazios fronteiriços”. Terra de ninguém, lugar do perigo, preferido por figuras liminares e para a realização de rituais mágicos – muitas vezes lugares sombrios que é preciso cruzar rapidamente, sem olhar para os lados. (MAGNANI, 1996: 45).

Nesses vazios fronteiriços, encontram-se mulheres e travestis que se prostituem, caminhoneiros, viajantes,

estrangeiros que, por não se situarem em territórios fixos, encontram na fronteira o lugar para suas vidas em movimento, em condições de vida que oscilam entre o urbano e o inominável. Assim, acompanho a proposta de Hannerz (1997) de imaginar a fronteira para além de uma linha que divide um lugar e outro, a fronteira é uma região onde alguma coisa gradualmente se transforma em outra, espaço da ambiguidade e da incerteza.

### **Estrada da vida *no brega***

Na estrada, entre cidades, mulheres e travestis fazem seus corpos, constroem e desfazem suas amizades, conhecem caminhoneiros de todo o Brasil, visitam suas famílias, pedem carona, trabalham, descansam, se divertem, compram psicoativos (principalmente o *crack*), encantam e desencantam clientes, e, muitas vezes, desaparecem quando decidem partir para períodos mais longos em outras áreas do país ou quando são vítimas de homicídios, acontecimento não tão raro e que não está devidamente registrado em pesquisas quantitativas no Brasil. Em seus trajetos, o significado de estrada mostra-se fundamental. Elas realizam constantes mobilidades entre campos, cidades e aldeias e não se encontram fixas num mesmo espaço físico e simbólico.

Nesse sentido, Mamanguape encontra-se num local estratégico que abriga um pequeno labirinto de bares e casas que oferecem, entre outras formas de entretenimento, serviços sexuais e companhias afetivas. Esta atividade foi impulsionada, especialmente, com a construção da rodovia BR 101 nos anos 70, período também em que se iniciam as histórias sobre a primeira casa de prostituição, a boate Lual, de propriedade de Dona Andorinha, conhecida como a “Vó”, ex-trabalhadora da companhia de tecidos em Rio Tinto, na cidade vizinha. Dona Andorinha gerenciava dezenas de meninas que viviam e trabalhavam na boate. Uma das histórias lendárias em torno desse lugar é da presença do fantasma de uma jovem que foi assassinada em frente à boate. Conta-se que, em certos momentos, se pode ver o espírito da jovem vagando pela casa em ruínas, vestida de branco. Depois da morte da Vó, pessoa reconhecida na cidade, nos anos 90, o negócio foi herdado por um de seus filhos, que passou a gerenciá-lo por alguns anos, com auxílio de sua esposa. Segundo eles, a boate

passou a entrar em decadência pela entrada do uso da “droga” no ambiente, que identificamos com a presença do *crack*, e a presença de traficantes e uma maior fiscalização policial. Assim, passaram o ponto para o outro filho que até hoje gerencia jovens mulheres, todas elas usuárias de *crack*, que vivem nas ruínas da antiga casa onde se encontrava a boate.

Quando iniciamos nossas pesquisas, ainda havia ao lado desta casa em ruínas um pequeno bar, cenário descrito no prelúdio deste ensaio, que posteriormente foi fechado pela fiscalização policial. No entanto, mesmo com o seu fechamento, as meninas continuam a oferecer serviços sexuais e marcam presença cotidianamente num mesmo espaço que, de formas distintas, se configura com uma espécie de minúscula mancha de prostituição há mais de 40 anos nas bordas da cidade. “Diferentemente do que ocorre no *pedaço*, para onde o indivíduo se dirige em busca dos iguais, que compartilham os mesmos códigos, (...) numa determinada *mancha* sabe-se que tipo de pessoas ou serviços se vai encontrar, mas não *quais*, e é esta a expectativa que funciona como motivação para seus frequentadores” (MAGNANI, 2002: 23, grifos do autor).

Pelos poucos dados históricos sobre prostituição na região, ela parece ser muito mais antiga, corroborando a expressão como “a profissão mais velha do mundo”. Apesar de não termos pesquisado com mais profundidade a história de Rio Tinto, o projeto arquitetônico da vila operária contava com prostíbulos, aglomerados de pequenas casas geminadas, de apenas dois cômodos (quarto e cozinha) e com a porta na frente, localizados na Vila Regina (atual Vila Monte-Mór), localizados próximos à estrada de acesso do antigo porto, no rio Mamanguape. “Sua localização tem sentido, devido à proximidade de acesso do antigo porto, de onde vinham os frequentadores dessas casas, os trabalhadores dos barcaços, viajantes, transportadores, geralmente operários da Companhia que não possuíam família na cidade, ou eram solteiros.” (PANET, 2002: 58). Ainda ouvimos histórias, que circulam como lendas na cidade, de que os proprietários da Companhia de Tecidos, inicialmente o coronel Frederico Lundgren e depois seu irmão Arthur Lundgren, tinham “o direito” de deflorar as filhas dos operários, casos que mereceriam uma pesquisa detalhada. Atualmente, Rio Tinto parece ser apenas uma cidade que liga Mamanguape a Baía da Traição, onde já encontramos mulheres e travestis que se prostituem e trocam sexo por dinheiro ou por coisas.

Tanto em Mamanguape quanto em Rio Tinto a prostituição se torna visível, primeiro com a fábrica de tecidos, o início do século 20, que reconfigura um espaço anteriormente ocupado por índios e caboclos e impõe uma rotina capitalista a um meio rural, segundo com a implantação da rodovia federal, nos anos 70, que aumenta o fluxo de pessoas, dinheiro e objetos. Contrapondo-se ao cenário moderno, Baía da Traição Este pequeno município, com aproximadamente 7.630 habitantes, vive basicamente de atividades da pesca e abriga grupos nativos, não-índios, *sertanejos*, e índios, *caboclos*. Ela expressa, justamente, as ambiguidades culturais que parecem peculiares ao Litoral Norte Paraibano, que se identificam e contrapõem-se à história indígena. Baía da Traição abriga uma pequena cidade veraneio que recebe turistas o ano todo e especialmente nos períodos de carnaval e ano novo, e os territórios indígenas (aldeias demarcadas), apesar da existência de placas da Funai, são contíguos aos não-indígenas. Na verdade, eles começam na zona urbana e prolongam-se por um vasto espaço que beira o belo litoral, com altas falésias. Aqui, as práticas sexuais que envolvem trocas materiais se estendem aos rios, becos e bares, como demonstra a pesquisa de mestrado em Antropologia de Verônica Guerra (UFPB), onde travestis revelam corpos que não se espelham em corpos *trans* cospomolitas, com seios de silicone e bem torneados pelos hormônios femininos. São corpos *despeitados* que deixam transparecer uma ambiguidade salobra (GUERRA, 2014). Já as mulheres atuam principalmente em bares ou residências particulares, e não fazem questão de se tornarem visíveis. Atendem a clientes por telefone, marcam programas discretamente e procuram não ser identificadas como prostitutas. Fazem trocas que envolvem sexo e dinheiro, sexo e objetos, sexo e ajuda. Mesmo que não se digam prostitutas ou quengas, elas são conhecedoras do circuito mais amplo no nível regional e, por vezes, pode-se cruzar com elas em outras paragens, como Mamanguape. A circulação especialmente pelos bares se faz pelos períodos da moenda e do recebimento das quinzenas pelos trabalhadores das usinas, da colheita do camarão (em criadouros), do fim do defeso da lagosta e dos intervalos da andada do caranguejo<sup>8</sup>. As atividades

<sup>8</sup> De maio a dezembro, a pesca da lagosta é proibida pelo IBAMA em todo litoral brasileiro. O defeso da lagosta é o período no qual a pesca é proibida para fins de proteção do seu período de reprodução. A chamada andada do caranguejo também é o período no qual fica

seguem o circuito do mercado local e são rotativas, atendendo a trabalhadores do mar, do mangue e das usinas, ocupações marítimas e do agronegócio.

Ao longo das pesquisas de campo, identificamos diversos espaços de prostituição feminina e travesti: residências, bares, hotéis, motéis, *drive-ins*, boates, terrenos baldios, postos de gasolina e postos de fiscalização de caminhões. Apesar de não serem territórios apartados, o estilo de prostituição feminina difere do estilo travesti. As mulheres estão em lugares, digamos, mais profissionalizados, os chamados cabarés ou bregas, segundo nossas interlocutoras, ou seja, bares que recebem clientes para consumo de bebidas, companhias femininas e serviços sexuais. Não significa que sejam lugares requintados, são garagens, quintais e galpões adaptados a este tipo de comércio, que muitas vezes também servem de residência aos(as) proprietários(as) e que também hospedam mulheres por determinados períodos. Há mulheres que trabalham com um contrato fechado e são, digamos, funcionárias que possuem hora de entrada e saída e dia de folga. Estas não apenas oferecem serviços sexuais, mas também são garçonetes, faxineiras, arrumadeiras, dançarinas etc. Há outras que se hospedam nos bares durante os finais de semana, nos períodos de moenda ou de movimentos de pescadores e catadores de caranguejo. São *free lancers*, que estão conectadas ao circuito econômico local e seguem os clientes de forma autônoma. No polo oposto das *free lancers*, encontramos jovens e adolescentes que trabalham em estabelecimentos de forma semicativa, e sofrem um forte controle por parte das cafetinas e cafetões. Circulam pouco, falam pouco, muitas vezes só saem do bar acompanhada pelos clientes e quando estes “pagam a saída”. Nestes casos, há uma forte relação de dependência e dominação e, por vezes, observamos que os cafetões e cafetinas ocupam o espaço de um pai ou de uma mãe, de modo bastante autoritário. No discurso deles(as), tinham o dever de cuidar das meninas, o que significava, inclusive, repreensões físicas e morais. Não poucas vezes observamos meninas com marcas roxas e cortes em diferentes partes do corpo, que enunciavam uma violência latente nas relações entre si, entre elas e os clientes, entre elas e os “painhos” e “mainhas”, entre elas

---

proibida qualquer tipo de captura e comercialização, também para proteger os animais em seu período de reprodução, quando saem das tocas nos mangues para acasalamento.

e seus namorados e/ou maridos. Uma máquina de vigiar e punir, abertamente silenciosa:

O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um “chefe”, é o aparelho inteiro que produz “poder” e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente “discreto” pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio. (FOUCAULT, 2009:158)

Além dessa forma, digamos, de prostituição, encontramos locais que mesclam oferta de serviços sexuais, consumo e venda de *crack*. Visivelmente, nos locais onde há consumo de *crack*, os preços dos programas são mais baratos, os locais mais sujos, e as meninas mais ariscas e provocativas. Por exemplo, o bar Arrocho era composto por um cômodo, com duas a três mesas e cadeiras de plástico e um balcão de madeira, no qual eram servidas bebidas para os clientes e as meninas também faziam suas refeições. Por trás do bar, havia dois quartos, onde as meninas se revezavam para fazer os programas e dormir. Chegava-se a receber oito a dez meninas, que compartilhavam apenas duas camas de casal. As jovens que ocupavam o Arrocho eram conhecidas por roubar os clientes que, muitas vezes, vingavam-se e faziam retaliações, como espancamentos e quebra-quebra no bar.

Encontramos ao menos oito bares, três deles onde há o uso diário do *crack* que é fornecido, inclusive, pelo proprietário do estabelecimento. Os outros cinco bares procuram proibir esta prática, no entanto, o uso de álcool é permitido já que as mulheres devem beber com os clientes e incitá-los a consumir. Alguns bares possuem um quarto para receber os clientes e mulheres, outros sugerem que os clientes façam os programas em motéis e pousadas que se espalham pela BR, cobrando de 10 a 20 reais para uso do quarto. Esses locais estão concentrados nos bairros que cortam a BR. Dois oito bares identificados, cinco deles são gerenciados por mulheres.

É importante mencionar que a presença de crianças é muito comum nesses ambientes. São filhas e netas dos(as) proprietários(as) dos estabelecimentos e das mulheres que lá trabalham, que, por estarem próximas a suas mães fora do período escolar, podem ser cuidadas e viverem suas rotinas dentro do local de trabalho de suas mães e avós. Assim, encontramos frequentemente crianças fazendo lição de casa nas mesas, ajudando na arrumação do bar, e também algumas mulheres que se ocupavam de cuidar delas, espécies de ajudantes ou babás. Meninos e meninas também podiam observar toda a dinâmica de sedução e atenção das mulheres em relação aos clientes, já que conviviam com eles(as), brincando entre as mesas a seu modo.

Fora do ambiente dos bares, encontramos mulheres que atuam em espaços privados e algumas delas, principalmente na faixa etária dos 30 a 40 anos, atendem nas suas próprias casas. Nesses casos, são prostitutas que frequentam a Associação das Prostitutas da Paraíba (APROS - PB), que já estão na estrada há longa data, e estão inteiradas na discussão sobre a legalização da profissão e conhecem seus direitos como cidadãs. A APROS/PB foi fundada em 2001, com sede na capital, e tem como principais áreas de atuação a prevenção da saúde das mulheres que se prostituem, bem como a promoção dos seus direitos. Elas realizam ações com mulheres, clientes, caminhoneiros etc. em diferentes municípios do estado e fazem parte da Rede Brasileira de Prostitutas<sup>9</sup>.

No dia a dia das pesquisadas, apesar da proximidade de dois postos do Programa Saúde da Família (PSF) aos bares e às casas, elas não recebem preservativos de forma frequente e também não realizam exames preventivos. A procura pelo posto de saúde se dá somente em casos extremos. Contudo, algumas enfermeiras e agentes de saúde procuram acompanhá-las especialmente aquelas que estão grávidas, fato corriqueiro. Durante todo o trabalho de campo, encontramos mulheres grávidas, em diferentes períodos gestacionais, que continuam trabalhando na prostituição. A maioria das grávidas que acompanhamos deram as crianças, seja para os pais biológicos, seja para famílias adotivas que moram na região, e não permanecem com os filhos.

<sup>9</sup> Para saber mais sobre a Associação das Prostitutas da Paraíba (APROS - PB), acessar <<http://aprospb1.blogspot.com.br>>.

Fomos ver as meninas. Havia uma garota grávida na porta. Perguntamos por [Beija Flor]. Ela nos pediu um cigarro, falei que não fumava. Pediu 50 centavos, dei 2 reais. [Beija Flor] apareceu sorridente, como sempre, e nos abraçou. Essa moça grávida não mora lá, é de Bela Vista. Tem outra grávida também. As duas são novas ali. Sabiá também está grávida, chamou as meninas para entrar. A porta está sempre fechada mas segundo elas estão sempre acordadas, que é só bater na porta. Beija Flor estava de minissaia e blusa azul, de sedinha. Descalça, cabelos presos, rabo de cavalo. (Caderno de Campo, Silvana Nascimento, 17.05.2011).

A doação dos filhos não parece ser um sofrimento e um conflito em relação à maternidade, mas uma estratégia para manter sua posição autônoma, poder circular livremente pelos espaços de prostituição e mudar-se para outra localidade. A mobilidade, para elas, parecer ser incompatível com a criação dos filhos. Talvez, este seja um dos motivos pelos quais elas não demonstrem grandes preocupações em realizar o pré-natal, mesmo sob pressão das enfermeiras e agentes de saúde, que temem pelo aumento da taxa de mortalidade materna em sua área de atendimento. Entretanto, há contradições em relação à maternidade. Grande parte das mulheres grávidas que encontramos dizia conhecer os pais de seus filhos, ou seja, não tinham simplesmente engravidado acidentalmente, mas pareciam manter algum laço afetivo com os pais das crianças.

### **Corpo-afeto, corpo-violência**

Diferentemente das mulheres, as travestis, via de regra, não trabalham na própria cidade de Mamanguape. Todas as noites, pegam carona em direção à divisa com o Rio Grande do Norte, viajam por volta de 30 quilômetros e descem no posto fiscal onde param os caminhoneiros, seus clientes privilegiados. Lá permanecem toda a noite e retornam para suas casas pela manhã. Elas moram com suas famílias ou alugam quartos, em bairros próximos à rodovia. São geralmente jovens, mal completaram vinte anos, e são originárias de cidades e áreas rurais próximas, como Baía da Traição e Mataraca.

[Na primeira vez] Eu fiquei com vergonha e queria descer, aí ele fez, “pega o dinheiro”. Aí eu num queria receber o dinheiro, fiquei com medo. Aí, eu recebi, fiquei com ele, aí, depois entrei em outro caminhão, entrei em outro e todo dia eu queria ir. Aí eu comecei a gostar e até hoje eu tô aí. Até hoje eu me acostumei. (Beija Flor, entrevista, 2011)

Se encontramos mulheres provenientes de diferentes estados, no caso de travestis elas são nativas da região e ainda não tiveram oportunidade de conhecer territórios mais distantes. Durante a tarde, elas passam boas horas cuidando de seus corpos, cabelos, roupas e maquiagens e permanecem dentro de suas casas, muitas vezes, com as portas e janelas fechadas, demarcando a fronteira que separa o mundo de fora e o mundo de dentro. Se durante o dia pode-se notar mulheres nas portas dos bares, ou nas ruas que margeiam a estrada, à noite as travestis saem de suas tocas e ganham mais livremente o espaço público sem sentir o peso do olhar moralista de moradores(as). Afinal, como diria Pelúcio (2005), “na noite nem todos os gatos são pardos”.

Diferentemente da capital João Pessoa, onde os territórios de prostituição travesti e feminina são rigidamente demarcados, no Litoral Norte, nota-se uma dinâmica mais misturada e informal. Contudo, as travestis mostram um cuidado cotidiano com suas vestimentas, corpos, maquiagem. O que não parece ocorrer com as mulheres, principalmente as que estão na batalha a mais tempo. Assim, para as travestis e outras pessoas que se inserem no universo *trans*<sup>10</sup>, o corpo é elaborado como um território de afeto e de cuidado de si, que envolve uma atenção especial e demorada com o espelho, a silhueta, expressões faciais, cabelos, sobrancelhas, unhas, pelos, pernas, bundas, seios, *lingeries*, vestidos, saias, sapatos, bijuterias, cosméticos, perfumes, formas de andar, mexer os braços e ombros, olhar, provocar. Ao mesmo tempo, este território corpóreo, que denuncia um feminino sempre transitório, extremamente refinado, é constantemente minado pelas redes de afeto e desafeto que podem

10 Entendo o “universo trans” como um ambiente de produção de corpos, subjetividades e territorialidades que dependem de uma autoidentificação de pessoas como travestis, transexuais, transformistas, *drag* queens, entre outras categorias, que podem elaborar situações transitórias ou condições permanentes de ser e/ou de estar que envolvem investimentos corporais, sexuais, afetivos, econômicos e políticos que escapam aos binarismos de gênero e ao mesmo tempo replicam esses binarismos em modelos identitários e corporais almejados.

ocasionar brigas, cortes, cicatrizes, cabelos arrancados, unhas e saltos quebrados, rupturas de amizades e de relações conjugais, que demoram algum tempo para se regenerar.

As relações conjugais, com maridos e namorados, não são nada estáveis e são permeadas por conflitos, cenas de ciúmes, brigas violentas. Os homens com as quais elas se relacionam performatizam o “cabra macho”, sempre acompanhados de uma faca pronta para ser usada como ameaça ou agressão, embriagam-se e põem em cheque a todo momento a fidelidade de suas parceiras. Em uma das várias brigas que ouvimos falar durante nossas conversas com elas, a mais impactante foi a de uma travesti que teve seu couro cabeludo arrancado pelo companheiro, que saiu arrastando-a pelas ruas que, depois de passar um período de internação, sobreviveu aos ferimentos. Para além do sensacionalismo da cena, o cotidiano das travestis se produz nessas relações violentas que se desdobra nas relações de amizade e nas histórias familiares. Aqui, violência não se traduz em negação do afeto, significa reafirmação de laços de intimidade, em corpos que se fazem nas cicatrizes físicas e simbólicas de rupturas e reconciliações.

Nosso primeiro contato com uma travesti em campo se deu em 2008, quando conhecemos Marta, uma jovem originária de Mataraca, município rural com aproximadamente 7500 moradores. Na época com 19 anos, utilizava hormônios femininos e coabitava com a família nuclear de outra jovem travesti, Rayanni, em uma casa de quatro cômodos no bairro do Areal, em Mamanguape. Com uma voz rouca e delicada, Marta nos desnudou sua trajetória já em nossa primeira conversa que nos fez, posteriormente, refletir sobre uma certa “carta de apresentação” que nos era oferecida toda vez que conhecíamos uma pessoa nova em campo.

Eu fui estuprada pelo meu pai quando tinha seis anos, eu já sabia o que era certo ou errado, mais eu não tava preparada. Aos doze anos, quando me assumi homossexual, ele me expulsou de casa com medo que descobrissem o que ele tinha feito comigo. Lembro como se fosse hoje, ele colocou duas mudinhas de roupas em duas sacolas de plásticos, e mandou eu ir embora. Saí sem rumo, subi em um caminhão, que tava indo para o Rio Grande do Norte. Fiz pequenos roubos em supermercado para

matar a fome, comecei a fazer programas aos doze anos. (Caderno de Campo, Verônica Guerra, 2009).

Grande parte das travestis e mulheres que conhecemos sofreu violência sexual na infância dentro de seu ambiente familiar, violência perpetuada por pais, padrastos, tios, irmãos, primos. Na chave de uma leitura rasa, esta informação pode rapidamente ser associada à “causa” da entrada na prostituição. Penso que, talvez, esta seja uma rotina na vida de crianças em diferentes ambientes, nas zonas rurais e populares, nas classes populares e nas elites, realidade que merece pesquisas quantitativas e qualitativas mais aprofundadas.

Múltiplos ciclos e expressões de violência se sobrepunham nas narrativas e nas nossas observações e algo que não estava na pauta da pesquisa não pôde ser ignorado. De um lado, observamos as tentativas de nossas pesquisadas de nos chamar a atenção, de algum modo, e talvez reforçar o estigma de uma vida duplamente marginalizada, na violência e na prostituição, e demarcar as fronteiras entre nós e elas. De outro, os episódios de violência demonstravam uma dinâmica específica que retroalimentava relações violentas, que desencadeavam outras reações violentas dentro de suas redes de relações.

Desse modo, observamos várias formas de violência e agressões nos quais os agentes são: elas mesmas, a família de origem, as amigas, os companheiros(as), a política, os traficantes, os cafetões etc. Por exemplo, Beija Flor certa vez comentou que já tinha perdido a conta de quantas vezes tinha sido presa nos últimos meses e, quase que naturalmente, nos narrou que foi obrigada, pelos policiais, a fazer sexo com outro presidiário. Maritaca, outra jovem travesti, também nos relatou que havia sido estuprada diversas vezes quando retornava para casa, depois de uma noite de trabalho no posto fiscal. Notamos que esses ciclos se movem a partir de relações de poder construídas na esfera do cotidiano e em múltiplas direções. Como nos ensina Foucault, as relações de poder não manifestam necessariamente oposições binárias entre dominadores e dominados, entre agressores e vítimas, mas são relações produtivas e intencionais.

Fui fazer um programa com uma colega minha, a gente ia dividir um véio e no final ela quis ficar com o programa só pra ela.

Joguei álcool nela e toquei fogo em plena Eptácio [principal Avenida de João Pessoa], porque ela roubou o meu programa. A polícia veio atrás de mim e me levou presa. Depois eu fugi pra Recife, voltei pra João Pessoa e agora tô aqui. (Sabiá, Caderno de Campo, Livia Freire, 2009).

Ao ouvir essas narrativas, observávamos a maneira quase banal com que relatavam essas histórias e também a agilidade com quem manuseavam facas enquanto olhavam e conversavam com a gente. Mas havia riscos concretos. Certo dia, Livia Freire, ao chegar ao bar Aconchego, todo o bar estava quebrado, clima tenso no ar, uma menina com a boca cortada, outra com olho roxo. Seis clientes vieram se vingar pois as meninas tinham roubado eles na noite anterior. Brigas com clientes, represálias e fugas foram constantes nesses dois anos de pesquisa.

Beija Flor: Enquanto ele tá distraído tendo a relação, satisfazendo o prazer deles, a gente tá tirando com o pé, com a ponta do dedo puxando da roupa deles, ou fica com a mão catando. Aí, quando já vê um celular já bota na ponta do banco da porta onde a gente tá deitado. Quando é carteira a gente abre. Manda ele deitar por cima. Num tem aqueles frango assado que fica com a perna assim? A gente fica do mesmo jeito. Aí a gente bota a carteira assim por cima dele, daí a gente abre. Tira, só que num tira todo, tem que deixar um trocadinho que é o que ele vai pagar a nós. Aí bota lá no mesmo canto, segura o dinheiro, aí quando ele se distrai a gente já bota dentro da blusa. Têm muitos que nota né? Mas têm muitos que nem liga. Aí diz: Depois eu volto.

Silvana: E depois quando ele percebe e volta? Como é que é?

Beija Flor: Quando eles percebem e volta? Têm muitos que chamam a polícia. Têm muitos que fica insistindo, insistindo, aí a gente morre ali no cacete, mas diz que num foi nós. Aí tá certo, “vou embora, mas num quero nem falar com você”. Mas depois que eles tomam uma eles sempre voltam. (Beija Flor, entrevista, 2011).

O tema da violência no campo da prostituição e das travestis, do ponto de vista de uma antropologia feminista, na qual me incluo, esbarra em limitações interpretativas justamente porque toca na questão das desigualdades de gênero e das lacunas políticas que ainda não foram solucionadas. Entretanto, do ponto de vista nativo, a

violência ocorre na tessitura da vida cotidiana e não se manifesta de maneira unívoca nem se deixa apreender facilmente. Nesse sentido, a violência não é uma categoria transparente, como demonstra Veena Das (1999). A autora mostra que experiências de violência, ao analisar trajetórias de mulheres que passaram pelo processo histórico e político da Partição na Índia, acompanham uma agência que se manifesta em formas de conhecimento que podem ser ditas e outras silenciadas. Veena Das afirma que essas experiências são perpassadas por temporalidades diversas, demonstrando que o tempo se faz nas relações e que essas violências pretéritas e presentes, dos homens em relação às mulheres, são agenciadas de distintas formas.

Homens batem nas suas mulheres, cometem agressões sexuais, humilham-nas nas suas próprias criações de masculinidade – mas tal agressão ainda é “dizível” na vida *punjabi*, por meio de vários tipos de gestos e através do contar histórias. Compare-se esse tipo de coisa à violência fantástica com que mulheres foram despidas e forçadas a marchar pelas ruas, ou à ideia de escrever slogans políticos nos órgãos genitais das mulheres (DAS, 1999: 38).

Quer dizer, algumas violências se localizam fora do mundo da vida, outras se fazem nas relações de parentesco e na vida cotidiana nas quais o tempo pode ser pensado com um agente que permite revisá-las ou reescrevê-las. Os estupros recorrentes nas trajetórias de vida de travestis e mulheres que se prostituem, experiências passadas e presentes, ainda que tenham acontecido em espaços da vida cotidiana, na família e nos locais de trabalho, não são expressos como acontecimentos irremediáveis. São da ordem do extraordinário, do não-natural, revelam sofrimentos, traumas, incômodos, culpas e incorporação de estigmas.

Porque muitos chegam e pedem pra levar pra um canto e quando chega não é pra aquele canto, vai pra outro. Como já aconteceu comigo e um amigo. Chegou dois homens num carro, num carrão chique, a gente nem esperava de acontecer o que aconteceu. A gente já tava com o dinheiro, a gente tinha vindo de Parnamirim, que é divisa que é entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba. Chegamos com o dinheiro aí eu fiz: “Vamos embora pra casa”. E meu amigo, “Não, vamos fazer mais um

programa, aquele homem vai dar mais 20 real pra cada um, bora, bora”. Eu disse: “Tá certo, bora”. Entramos no carro. (...) Aí quando chegou lá ele travou as portas, aí ele levou a gente lá pra perto da entrada de Itapororoca. Quando chegou lá tinha mais 3 rapazes, todos os 5 fizeram o que quiseram com a gente de um tudo, bateram, tiveram relação, tudo que eles queriam fizeram.

Silvana: À força.

Beija Flor: À força, à força bem dizer, não né? Porque a gente tinha que deixar, mas a gente sem querer. Dava na gente de corda, dava na gente de cipó. (...) Outra vez teve um home num caminhão que me chamou pra subir com ele. Quando eu entrei no caminhão ele ligou e me empurrou pra baixo. Por isso que eu digo é uma vida muito arriscada. É bom é, por uma parte. (...) Porque quando a gente tá só, bate uma tristeza, um momento assim de remorso. (Entrevista gravada, 2009).

Na fala de Beija Flor, o remorso sugere que, mesmo em situações de relações sexuais forçadas, ainda que supostamente por clientes, há uma atitude fatalista ou de acomodação justamente por sobreviver nas margens dessa vida *no brega* como pessoa travesti. Assim como a história de vida de outras jovens que conversamos, ela também sofreu violência na infância e era agredida pela mãe, que hoje se encontra presa em João Pessoa. Ela possui um forte vínculo com seu pai, cafetão, e prefere ser chamada pelo nome masculino, ainda que se identifique como travesti. Com Beija Flor, além das violências de estupro, ouvimos diversas histórias de amores e namorados, muitas delas apimentadas de situações de violência, sendo que numa delas ela ficou hospitalizada por dois meses devido à gravidade dos espancamentos e das facadas.

Do corpo desfeito pelas experiências de violência, e refeito pelas de afeto e cuidado de si, as travestis protagonistas de nossas pesquisas almejam sair do lugar de origem e ir para uma cidade que lhes propicie um melhor retorno financeiro e uma maior valorização de sua imagem como travesti e/ou profissional do sexo. Ou seja, a visão de mundo nativa acompanha um *continuum folk-urban* (REDFIELD, 1949), que vai do rural ao metropolitano, localizado especialmente na Europa. Todavia esta migração, muitas vezes, não acontece e há sempre a possibilidade de retornar para a cidade de

natal ou ainda ter sido vítima de violência ao longo do trajeto. Este foi o caso de Marta, uma de nossas principais interlocutoras, que saiu de Mamanguape e foi para Recife, em Pernambuco, com o propósito de conseguir dinheiro por meio da prostituição de rua. A convite de outra travesti, mais velha, considerada uma madrinha que recebe jovens travestis em Recife que vêm de outras regiões, ela começou trabalhar com prostituição de rua num bairro periférico da capital recifense. Seu desejo era conseguir economizar para implantar silicone nos seios e quadris, acreditando que trabalhar em Pernambuco traria maior retorno financeiro do que na pequena cidade de Mamanguape. Infelizmente, depois de apenas 15 dias na pista em algum bairro distante da capital pernambucana, foi cruelmente assassinada a tiros e este evento sequer foi registrado em um boletim de ocorrência. Pelas histórias que ouvimos de suas amigas, ela pode ter se envolvido em uma briga por território com outras colegas ou com traficantes. Ainda que o homicídio não tenha sido investigado, tivemos a impressão de que, por ser recém-chegada na cidade grande, não conhecia ainda as regras locais que envolviam a prostituição de rua. Era uma menina do interior tentando ganhar a vida na capital. Além disso, este assassinato soma-se a centenas de outros que ocorrem no Brasil cujas vítimas são transexuais e travestis e que podem ser considerados crimes de execução, como demonstra a análise de Sergio Carrara e Adriana Viana no início dos anos 2000 (CARRARA e VIANA, 2006). Apesar de recorrente, esta questão ainda é pouco investigada na academia e provoca, além de profunda indignação, muitas indagações, que aqui também não serão respondidas.

O olhar distanciado em relação a este cenário cruel mostra que o desejo de sair do lugar de origem e se tornar bem sucedida numa capital ou até mesmo no exterior não é a regra, ao menos entre as jovens no interior da Paraíba. Assim, paralelamente ao processo de transnacionalização do mercado do sexo (PISCITELLI, 2005; 2009), o circuito, aqui, se faz em escala nacional e perpassa capitais, cidades, campos e aldeias e promove trajetos entre regiões. Isto não significa que ser europeia não esteja no horizonte (TEIXEIRA, 2011). Esta posição de maior destaque e *status* revela-se pela profusão de concursos de beleza (*miss gay* e *top drag*) cujos modelos projetados são cantoras americanas de músicas pop e bonecas *barbies*, loiras, magras e com seios pontiagudos,

sem contar a exigência de um *make* que encubra os traços negros, indígenas e/ou mestiços por meio de maquiagens que clareiem e branqueiem o rosto, disfarçando as “imperfeições” naturais.

Assim, a prostituição atua como um vetor, econômico e simbólico, para a transformação corporal e facilita a aquisição de variados objetos e substâncias – cosméticos, bijuterias, hormônios, silicoes, vestimentas, calçados, tinturas e produtos químicos para os cabelos – que permitem a construção de um feminino digno de uma “diva perfeita” (NASCIMENTO, 2014). Se a prostituição pode fornecer o acesso a bens considerados essenciais para a fabricação da beleza, os concursos, por sua vez, legitimam esta beleza no palco e podem ser vistos como espaços de experimentação do feminino. Os concursos, muitas vezes, são a porta de entrada para a performance da travestilidade que, em alguns casos, se tornará uma condição mais permanente, “mulher 24 horas por dia” incluindo o trabalho na prostituição. Dessa forma, a prostituição pode ser um meio para alcançar projetos a médio e longo prazo de se tornarem mulheres e, quem sabe, encontrar um marido e casar. E, nesta perspectiva, o mundo das travestis se aproxima das mulheres que nasceram com a designação médico-sexual classificada como “feminina”, as chamadas atualmente “mulheres cis” (PELÚCIO, 2011; TEIXEIRA, 2011; SILVA, 2007).

### Algumas apreciações finais

Entre o sertão, as cidades e o mar, experiências da prostituição feminina e travesti estão (des)localizadas num ambiente produtor de relações e movimentos de corpos, pessoas e bens. Um dos vetores que emaranha essas redes e movimentos são práticas e discursos de violência que marcam corpos, anunciando que não são suscetíveis às ações de outrem, podem ser mutilados, exterminados ou apenas transformados. Do ponto de vista das mulheres, uma potencial gravidez pode interromper essa suscetibilidade ou, ao mesmo tempo, torná-la ainda mais visível. Estar grávida e carregar na barriga (a) o filho(a) de um homem demonstra que seus corpos também produzem afetos, que têm o poder de gerar vida, e que não são objetos do desejo masculino de forma passiva. Do ponto de vista das travestis, o corpo em constante processo de transformação – devir feminino – deve ser

constantemente cuidado, vigiado, manuseado, passível de incertezas e ambiguidades que devem ser construídas como “certezas” e criar imagens que as apresentem como “mulheres 24 horas por dia”. É justamente esta tentativa de buscar certezas para seus corpos ambíguos, em construção e transformação, que as tornam vulneráveis a múltiplas formas de violência que reforçam modelos heteronormativos e dualistas. Ao mesmo tempo, elas também se fazem por meio de relações violentas entre si, com seus maridos, com a vizinhança etc., mas que não podem ser compreendidas na mesma chave do discurso da intolerância e dos direitos humanos.

Paralelamente a esta dinâmica de afetos violentos e violências de afeto, a vida na estrada, na qual se revela a estrada da *vida no brega*, não se faz apenas no trânsito ou na viagem, faz-se em uma dupla circulação; uma circulação centrípeta, que se dá pelas passagens fugazes entre bares, postos, motéis determinadas pelos tempos das usinas e das atividades marítimas e pelas mudanças de residências, que se configuram pelas rupturas e reconciliações conjugais, pelas relações de amizade e pelas idas e voltas “para casa”, lugar de suas famílias de origem; e uma circulação centrífuga, que inclui visitas, viagens e breves estadias em espaços que vão desde municípios rurais e indígenas, como Baía da Traição, Capim, Marcação, Mataraca até a capital João Pessoa e outras cidades do país e, porventura, do exterior (Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Barcelona, Roma etc.).

Muitas mulheres e travestis que conhecemos em Mamanguape chegaram até a cidade pedindo carona. A carona, em suas narrativas, representa a possibilidade de ser transportada para um outro lugar de forma flexível, sem um objetivo muito fixo ou um lugar específico para parar. Não há um roteiro pré-definido, e a estadia pode durar dias, ou anos. Esta indefinição também se projeta na construção das relações afetivas e sexuais que se constroem e se destroem nas amizades, no programa, nos históricos familiares. Todavia, esse modo de vida numa zona de indefinição apresenta lógicas próprias. Esta circulação, centrípeta e centrífuga, confirma uma economia que implica em oferecer novidades para seus clientes, e sugere também que permanecer em movimento, cair na estrada, constitui um modo de vida que se faz e se refaz no espaço e no tempo de lugares com dinâmicas distintas, propicia encontros com pessoas não necessariamente

conhecidas, uma vida na fronteira, simbólica e geográfica, que se abre ao novo e ao inusitado. Essas mulheres e travestis são actantes nômades que ocupam, assim como migrantes, refugiados, caminhoneiros, exilados, lugares de “contradições incomensuráveis” para usar a expressão de Gupta e Fergusson (2000). Um modo de circulação que transborda a ideia de prostituição e do mercado do sexo, e põe em movimento malhas de relações que se estendem às redes de parentesco, a territórios polissêmicos que se deslocam do rural ao urbano e vice-versa, que dialogam com o campo do desejo e da beleza.

O objeto que a prostituição indica ao desejo (a prostituição mais não é que o fato de oferecer ao desejo), roube-nos ela a decadência (se a baixa prostituição dele faz uma abjeção), propõe-se a posse como um objeto belo. A beleza dá-lhe sentido. Constitui o seu valor. Em particular, o desejo, no objeto, visa menos a resposta imediata (a possibilidade de exceder os nossos limites) do que uma longa e calma posse (BATAILLE, 1988: 125).

Para além do interesse material que envolve a relação sexo e dinheiro, afetos e desejos indóceis mobilizam corpos e pessoas que não se pensam como profissionais do sexo. São desejadas por serem mulheres ou travestis disponíveis para conversar, escutar histórias, trocar carinhos, fazer sexo de forma rápida ou inusitada, sem necessariamente a pretensão de construir uma relação duradoura ou monogâmica. Assim como Geni, personagem da música de Chico Buarque, rainha “dos errantes, dos cegos, dos retirantes”, essas mulheres e travestis da *vida no brega*, que são vistas na beira de estrada, compartilhando territórios com os vendedores de castanha, com os garotos e suas bolas de futebol, com os traficantes, com os mecânicos e frentistas dos postos de gasolina, se permitem uma vida na e para a margem no sentido ontológico do termo.

Por fim, como nos inspira Bataille, menos que pensar na prostituição como uma resposta imediata a necessidades econômicas ou passionais, como a única saída para pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, produzindo vítimas da exploração do capital e da dominação masculina, sugerimos refletir sobre as reverberações dessas práticas intraduzíveis, pensadas como *brega* do ponto de vista das protagonistas das

pesquisas na Paraíba, na construção de territorialidades entre afeto e violência, desejo e nojo, masculino e feminino, cidades e campos, onde é possível uma “longa e calma posse” de corpos, pessoas, relações e objetos.

## Referências

- AGIER, Michel. (2011). *Antropologia da cidade – lugares, situações, movimentos*. Terceiro Nome, SP.
- AKHIL GUPTA; JAMES FERGUSON. (2000). “Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença” [1992]. In: ARANTES, Antonio (org.). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papius, pp.31-49.
- ARAÚJO, Rogério. (2006). *Prostituição: artes e manhas do ofício*. Goiania: Câneone Editorial, Ed. UCG.
- ARRUTI, José Maurício. (1997). “A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas”. In: *Revista Mana*, 3 (2), Rio de Janeiro, pp.7-38.
- BACELAR, Jeferson Afonso. (1982). *A família da prostituta*. São Paulo: Editora Ática.
- BATAILLE, George. (1988). *O erotismo*. Lisboa: Antígona.
- BENEDETTI, Marcos. (2005). *Toda feita – o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond.
- BEZERRA, Danieli Machado. (2008). “Prostitutas entendidas: o quê precisa-se entender? Problematizações em torno de um campo múltiplo de possibilidades de uma prática sexual na contemporaneidade”. In: *Fazendo gênero 8 - corpo, violência e poder*, Florianópolis, Agosto, pp.1-7.
- CABEZAS, Amalia. (2009). *Economies of Desire. Sex and Tourism in Cuba and the Dominican Republic*. Philadelphia: Temple University Press.
- CAMPOS, Nicole; SILVA, Tatiana R. (2008). “Não é decente, mas é um trabalho: prostituição feminina e tensões entre rompimentos e continuidades das atuações de gênero”. *Paper* apresentado em *Fazendo Gênero 8*. Florianópolis. UFSC, pp. 1-6.
- CARRARA, S.; VIANA, A. (2006). “Tá lá o corpo estendido no chão: a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro”. In: *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16(2), pp. 233-249.
- COLVERO, Carolina Appel. (2008). “O sexo como profissão e o paradoxo: questão de gênero ou escolha”. *Paper* apresentado em *Fazendo Gênero 8*. Florianópolis. UFSC, pp. 1-7.
- DAS, Veena. (1999). “Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 40, junho, pp.31-42.
- DUARTE, Rosemari; VANZ, Daiane. (2008). “Qualidade de vida das profissionais do sexo de Criciúma, Santa Catarina, Brasil”. *Paper* apresentado em *Fazendo Gênero 8*. Florianópolis: UFSC, pp.-7.
- FONSECA, Claudia. (2000). *Família, Fofoca e Honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS.
- \_\_\_\_\_. (1996). “A dupla carreira da mulher prostituta”. In: *Revista Estudos Feministas*. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPCIS/UERJ, v. 4, n. 1, pp. 7-33.
- FOUCAULT, Michel. (2009). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 19 Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FREIRE, Livia. (2014). *Artimanhas e desejos: um recorte sobre a prostituição no Litoral norte paraibano*. Relatório de qualificação de mestrado. UFRN, Natal.

- FREITAS, R. (1985). *Bordel, bordéis: negociando identidades*. Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- GASPAR, M. D. (1985). *Garotas de Programa: Prostituição em Copacabana e Identidade Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GUERRA, Veronica. (2014). 'Sou Salobra' - *Travestilidade, Lazer e Sociabilidade no Litoral Norte da Paraíba*. Relatório de qualificação de mestrado. PPGA, UFPB, João Pessoa.
- HANNERZ, Ulf. (1986). *Exploracion de La Ciudad: Hacia una Antropologia Urbana*. México, Fondo de Cultura Económica.
- \_\_\_\_\_. (1997). "Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional". In: *Revista Mana* 3(1), Rio de Janeiro, pp. 7-39.
- LOSSO, Juliana Cavilha. (2010). *Dos desregramentos da carne- um estudo antropológico sobre os itinerários urbanos, territorialidades, saberes e fazeres de profissionais do sexo em Florianópolis/SC*. Tese de Doutorado em Antropologia, UFSC, Florianópolis.
- MAGNANI, José Guilherme. (2002). "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, junho, pp. 11-29.
- \_\_\_\_\_; TORRES, Lilian. (1996). *Na metrópole – textos de antropologia urbana*, Edusp/Fapesp, SP.
- MALUF, Sonia. (1999). "O dilema de Cênis e Tirésias: corpo, pessoa e as metamorfoses de gênero", In: SILVA, Alcione et al. (orgs.). *Falas de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres.
- NASCIMENTO, Silvana. (2014). "Variações do feminino: circuitos do universo trans na Paraíba". In: *Revista de Antropologia*, USP, n. 57, v. 2 (no prelo).
- OLIVAR, José Miguel. (2007). "O direito humano de ser puta: uma reflexão sobre os direitos sexuais no universo da prostituição feminina em Porto Alegre". In: *Teoria & Cidade*, n.15.2, julho/dezembro, pp. 108-137.
- \_\_\_\_\_. (2008). "A angústia dos corpos indóceis: prostituição e conflito armado na Colômbia contemporânea". In: *Cadernos Pagu*, v. 31, pp. 89-101.
- PANET, Amélia. (2002). *Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano*. João Pessoa: UNIPÊ.
- PALITOT, Estevão Martins. (2005). *Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór*. Dissertação de mestrado em Sociologia. João Pessoa: UFPB.
- PASINI, Elisiane. (2005). "Sexo para quase todos: a prostituição feminina na Vila Mimosa". In: *Cadernos Pagu*, n. 25. Campinas July/Dec, pp.185-216.
- PELÚCIO, Larissa. (2005). "Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre prostituição travesti". In: *Cadernos Pagu*. Campinas: PPGAS/Unicamp, n. 25, pp.216-248.
- \_\_\_\_\_. (2011). "Amores perros – sexo, paixão e dinheiro na relação entre espanhóis e travestis brasileiras no mercado transnacional do sexo". In: PISCITELLI, A. et al. (orgs.). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Coleção Encontros, Pagu/UNICAMP, pp.185-224.
- PERLONGHER, Nestor. (2008) [1987]. *O Negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense.
- PISCITELLI, Adriana. (2005). "Apresentação: Gênero e mercado do sexo". In: *Cadernos Pagu* (25), julho-dezembro, Campinas/SP, pp. 7-23.
- \_\_\_\_\_. (2008). "Entre "mafias" e "ajuda": a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas". In: *Cadernos Pagu*, v. 31, pp.29-64.

PISCITELLI, A. et al. (orgs.). (2011). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Coleção Encontros, Pagu/UNICAMP.

REDFIELD, Robert. (1949). *Civilização e cultura de folk*. São Paulo: Martins Fontes.

SGANZELLA, Natália. (2008). “O lugar e os corpos da mulher: a prostituição feminina em Marília na perspectiva dos sujeitos e os territórios de prostituição”. *Paper* apresentado em *Fazendo Gênero 8*. Florianópolis: UFSC, pp. 1-7.

SILVA, Hélio. (2007). *Travestis – entre o espelho e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco.

TEIXEIRA, Flávia. (2011). “Juízo e sorte: enrendando *maridos* e *clientes* nas narrativas sobre o projeto migratório das travestis brasileiras na Itália”. In: PISCITELLI, A. et al. (orgs.) *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Coleção Encontros, Pagu/UNICAMP, pp.263-320.

VALE, Alexandre Fleming. (2005). *O vôo da beleza – travestilidade e devir minoritário*. Doutorado em Sociologia. UFC. Fortaleza.